

**PTI**Parque Tecnológico
ItaipuCNPJ: 07.769.688/0001-18
Av. Presidente Tancredo Neves, 6731
85867-900 – Foz do Iguaçu, PR
Tel. (45) 3576-7200
www.pti.org.br**ANEXO III – RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO****Processo nº.: 0884/2019****Edital nº.: 0098/2019**

As proponentes deverão apresentar documentação relativa à: Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica.

1 Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA**1.1 Documento Constitutivo:**

- a) Empresa Individual: Registro Comercial.
- b) Sociedades Empresárias, exceto Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado.
- c) Sociedades por Ações: Documento do subitem anterior, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Sociedades Civas: Inscrição do Ato Constitutivo, acompanhada de ato formal de designação da diretoria em exercício.
- e) Empresas ou Sociedades Estrangeiras em funcionamento no País: Decreto de autorização ou equivalente, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

1.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.3 Prova dos poderes do representante legal para administrar legal e passivamente, judicial e extrajudicial, a pessoa jurídica.

2 Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, da sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do Edital.

2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive perante a Seguridade Social-INSS.

2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

2.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

3 Documentação relativa a QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da

sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física.

4 Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1 A empresa CONTRATADA deverá apresentar na fase de habilitação documento que comprove seus cadastros junto ao DER/PR, ANTT e junto ao Cadastur, no Ministério do Turismo.

4.2 A CONTRATADA deverá ter experiência no tipo de serviço prestado, referente às atividades do presente objeto, garantindo condições técnicas e profissionais para a execução do serviço.

4.3 A qualificação técnica da empresa deverá ser comprovada mediante apresentação de, pelo menos, 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica, compatível com o objeto deste Termo de Referência, comprovando que a CONTRATADA prestou serviço semelhante ao objeto a ser contratado, fornecido por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado.

4.4 O atestado deverá conter obrigatoriamente:

- I. Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- II. Endereço completo;
- III. Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- IV. Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse da Comissão de Licitação.

5. Documentação Complementar

5.1 Declaração Unificada, conforme Modelo apresentado no **Anexo IV**.

5.2 Apenas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: para beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado na Lei Complementar 123/2006, apresentar Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme Modelo do **Anexo V** do Edital

5.3 Em atendimento ao Acórdão 1793/2011 – TCU – Plenário será verificada na fase de habilitação, a existência dos registros impeditivos à contratação nas fontes abaixo indicadas:

- a)** Prova de que não faz parte do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico: www.portaldatransparencia.gov.br.
- b)** Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico: www.cnj.jus.br.